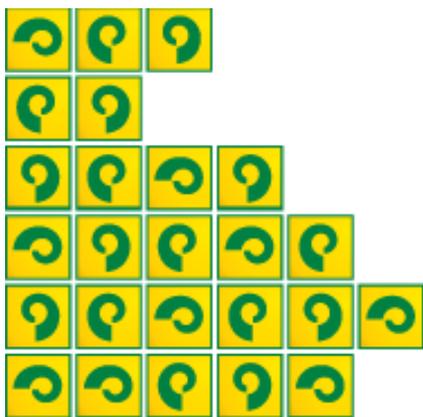




Ministério da Cultura
Conselho Nacional de Política Cultural
Esplanada dos Ministérios | Bloco “B” | 3º andar | Brasília - (DF)
Telefone: +55 (61) 2024-2361 – 2024-2302
www.cultura.gov.br

Ata da 15ª Reunião do Conselho Nacional de Política Cultural
Dias 21 e 22/09/2011



**Conselho
Nacional de
Política Cultural**

Brasília (DF), 21 de setembro de 2011
Setor Comercial Sul | Quadra 09 | Ed. Parque da Cidade Corporate
Torre B – Auditório da CNIC - 12º andar | Ministério da Cultura

1 Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e onze, no Edifício Parque
2 Cidade Corporate, localizado no SCS, Quadra 09, Lote C, Torre B, 12º andar,
3 Sala de Reuniões, em Brasília DF, se deu a 15ª Reunião Ordinária do Conselho
4 Nacional de Política Cultural, CNPC, sob a presidência do Senhor Secretário-
5 Geral do Conselho Nacional de Política Cultural, CNPC, **João Roberto Peixe**,
6 tendo como convidados: Senhor Ministro de Estado da Educação, **Fernando**
7 **Haddad**, Senhor Assessor Especial do Ministro da Educação, **Carlos Alberto**
8 **Xavier**; Senhor Deputado Federal e Relator do Projeto de Lei do Plano Nacional
9 de Educação, **Angelo Vanhoni**, Senhor Representante do Conselho Nacional
10 de Educação, **Gilberto Garcia**; Senhor Diretor de Estudos e Monitoramento de
11 Políticas Culturais do Ministério da Cultura, **Américo Córdula**; Senhor
12 Coordenador-Geral de Acompanhamento da Política Cultural da Secretaria de
13 Políticas Culturais do Ministério da Educação, **Rafael Pereira Oliveira**; A
14 Senhora Diretora de Educação e Comunicação da Secretaria de Políticas
15 Culturais do Ministério da Cultura, **Juana Nunes Pereira**; a Senhora
16 Coordenadora-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural, **Maria Helena**
17 **Signorelli**. As senhoras e os senhores membros do conselho: **Aldenir**
18 **Paraguassú**, Representante do Ministério do Meio Ambiente; **Anna Cyntia**
19 **Oliveira**, Representante dos Grupos de Institutos, Fundações e Empresas
20 (Suplente); **Antônio Albino Canelas Rubim**, Representante do Fórum Nacional
21 de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura; **Antônio Grassi**,
22 Representante do Ministério da Cultura; **Antônio José Amaral Ferreira**,
23 Representante das Culturas Afro-Brasileiras; **Antônio Menezes Júnior**,
24 Representante do Ministério das Cidades; **Charles Narloch**, Representante de
25 Artes Visuais; **Claudia Leitão**, Representante (Suplente) do Ministério da
26 Cultura; **Devair Antônio Florotti**, Representantes dos Museus; **Edmilson Dias**
27 **Pereira**, Representante da Secretaria-Geral da Presidência da República; **Eloísa**
28 **da Silva Galdino**, Representante do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes
29 Estaduais de Cultura; **Fernando Rossetti**, Representante dos Grupos de
30 Institutos, Fundações e Empresas; **Francisco Márcio Caetano**, Representante
31 do Fórum Nacional dos Secretários das Capitais; **Francisco Simões de Oliveira**
32 **Neto**, Representante de Inclusão Social por Intermédio da Cultura; **Heloísa**
33 **Esser dos Reis**, Representante de Arquivos; **Henilton Parente Menezes**,
34 Representante do Ministério da Cultura; **Ignácio José Kornowski**,
35 Representante da Confederação Nacional de Municípios; **Isaac William Farias**
36 **Loureiro**, Representante das Culturas Populares; **Ivan Ferraro Filho**,
37 Representante de Música Popular; **James Marlon Azevedo Gorgen**,
38 Representante do Ministério das Comunicações; **Luiz Alberto Brizola Cassol**,

39 Representante do Audiovisual; **Luiz Guilherme de Sousa Lima Pádua**,
40 Representante do Audiovisual (Suplente); **Manoel José de Souza Neto**,
41 Representante de Música Erudita; **Maria Alice Viveiros de Castro**,
42 Representante do Circo; **Maria das Dores Conceição Pereira do Prado (Dora**
43 **Pankararu)**, Representante de Culturas dos Povos Indígenas; **Maria do Pilar**
44 **Lacerda Almeida e Silva**, Representante do Ministério da Educação; **Maurício**
45 **Boldrin Zampaulo**, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e
46 Combate à Fome; **Nilton Aparecido Bobato**, Representante do Livro e Leitura;
47 **Olga Lopez de Ibanez Novion**, Representante do Ministério do Planejamento;
48 **Renato da Silva Moura**, Representante de Artesanato; **Ronaldo Moreira**
49 **Fraga**, Representante de Modas; **Rosa Maria Leonardo Coimbra**,
50 Representante de Dança; **Sérgio Duarte Mamberti**, Representante do Ministério
51 da Cultura; **Virgínia Lúcia da Fonseca Menezes**, Representante de Teatro;
52 **Washington da Silva Queiroz**, Representante do Patrimônio Imaterial, para
53 apreciarem a seguinte pauta: Lançamento da Consulta Pública das Metas do
54 PNC; Diálogo: Interfaces entre o Plano Nacional de Educação, PNE e o Plano
55 Nacional de Cultura, PNC; Informes e aprovação das Atas da 4ª Reunião
56 Extraordinária do CNPC, da 14ª Reunião Ordinária do CNPC, da 5ª Reunião
57 Extraordinária do CNPC, Apresentação da Ordem do Dia, Pedidos de Inversão
58 de pauta, Requerimentos de Urgência, Proposta de Moções, Recomendações e
59 Resoluções; Diretrizes do Ministério da Cultura para a Copa de 2014; Instalação
60 e Renovação dos Colegiados Setoriais; Diretrizes para a Aplicação dos
61 Recursos do Fundo Nacional de Cultural em 2012; Encaminhamentos; Informes
62 e Breves Comunicações. **A Senhora Ministra de Estado da Cultura, Ana de**
63 **Hollanda**, deu início à reunião cumprimentando a todas e a todos, agradeceu
64 em especial a presença do Senhor Deputado Federal, Angelo Vanhoni, Relator
65 do Plano Nacional de Educação, na Comissão de Educação e cultura da
66 Câmara dos Deputados e do Senhor Assessor Especial do Ministro da
67 Educação, Carlos Alberto Xavier. Cumprimentou também o Senhor Secretário de
68 Políticas Culturais, Sérgio Mamberti, o Senhor Secretário Geral do Conselho
69 Nacional de Política Cultural, João Roberto Peixe e a Senhora Diretora de
70 Educação e Comunicação da Secretaria de Políticas Culturais, Juana Nunes
71 Pereira, que estaria trabalhando junto com o Ministério da Educação com o
72 objetivo de aproximar as Políticas de Educação e Cultura, um anseio geral da
73 sociedade. Ressaltou que essa ligação já estaria contemplada no Plano
74 Nacional de Cultura. E que já tinha uma reunião marcada com o Ministro da
75 Educação, Fernando Haddad, para uma aproximação dessas políticas, pelo
76 menos, nos Planos. Acrescentou que algumas ações voltadas para a Cultura

77 seriam apresentadas no Plano Nacional de Educação. Em seguida, informou
78 que o Deputado Ângelo Vanhoni não poderia permanecer durante muito tempo
79 na reunião e, por esse motivo, ele faria uma fala sobre o Plano Nacional de
80 Educação e iria responder algumas perguntas. Em seguida anunciou que o
81 Ministro da Educação, Fernando Haddad, estaria presente na reunião e falaria
82 sobre a interface da Educação com a Cultura. Em seguida, agradeceu a
83 presença de todos e passou a palavra ao Secretário Geral do CNPC, João
84 Roberto Peixe, para coordenar os trabalhos e afirmou ser fundamental a
85 aproximação e a colaboração entre os dois ministérios para que se pudesse
86 trabalhar melhor nas metas dos planos. **O Senhor João Roberto Peixe,**
87 **Secretário-Geral do CNPC,** disse estar honrado com a presença do Deputado
88 Ângelo Vanhoni, ressaltando que a integração da Cultura e da Educação se
89 daria pelas mãos do deputado, por ser ele uma pessoa extremamente vinculada
90 com a Cultura. Em seguida, passou a palavra ao deputado. **O Senhor Deputado**
91 **Federal Ângelo Vanhoni, Relator do Plano Nacional de Educação,**
92 cumprimentou a todas e a todos, dizendo ser uma grande honra e uma
93 satisfação por estar ali presente. Informou que pretendia terminar o Relatório do
94 Plano Nacional de Educação em duas semanas e que, quando terminasse, o
95 plano iria para votação com prazo de cinco dias para receber emendas dos
96 deputados da comissão; após as cinco sessões, o plano seria votado e
97 encaminhado ao Senado. Que o projeto não poderia chegar ao Senado no final
98 de novembro, porque correria o risco de não ser votado em 2011, porque o
99 Senado não teria tempo suficiente para analisar. E que caso o Senado fizesse
100 alguma modificação, o projeto teria que retornar a Câmara. Mas que a idéia seria
101 aprovar o Plano Nacional de Educação ainda no final de 2011. Em seguida,
102 ressaltou que a sua militância, como Deputado Federal, na Comissão de
103 Educação e Cultura buscou sempre a centralidade da institucionalização da
104 Cultura, como um direito social do povo brasileiro. Porém, destacou que o Brasil
105 ainda não tinha isso consolidado, pois a Cultura ainda estaria sendo vista
106 apenas como parte de espetáculo, como adereço. Continuando, falou que a
107 associação das Políticas Públicas de Cultura com as Políticas Públicas de
108 Educação deveria estar consolidada, já deveria fazer parte da estruturação de
109 uma grande política pública de formação do ser humano, mas que isso ainda
110 não está presente no Brasil. Que a Educação havia se dissociado nos últimos
111 anos da questão cultural e das políticas culturais. Que no Brasil o Ministério da
112 Cultura ainda era muito recente. E o Brasil ainda não teria uma grande política
113 de memória, algo que os europeus já haviam consolidado, pois já
114 desenvolveram uma política de memória, que seriam políticas transversais ao

115 conjunto de políticas exercidas pelos países europeus. Defendeu que não teria
116 como se pensar uma política cultural no Brasil se não houvesse um
117 entrelaçamento com a política de formação, a chamada Política Educacional
118 Brasileira. Continuando, informou que a área da Educação está sendo
119 trabalhada com vinte metas e distribuída sob três aspectos. Falou sobre a
120 expansão e ressaltou que nesse ponto o Brasil teria uma dívida do ponto de
121 vista da democracia do Direito Universal do acesso à Educação. Mencionou os
122 problemas das creches, do Ensino Fundamental, Ensino Médio e do Ensino
123 Superior. Comentou sobre a necessidade das Escolas terem Ensino Integral,
124 para que com isso pudesse ser feito um trabalho na grade curricular e, nesse
125 ponto, acrescentar a Cultura como complemento dessa grade. Falou sobre o
126 salário dos professores e ressaltou que nesse caso o governo havia mandado
127 uma meta para valorização do magistério, que teria direito a 1% (um por cento)
128 dos 7% (sete por cento) do PIB. Falou sobre a construção de Escolas Técnicas
129 no país e sobre o Ensino Profissionalizante. Em seguida, deu mais algumas
130 explicações sobre o Plano Nacional de Educação e sobre algumas ações que já
131 estão sendo implantadas pelo Ministério da Educação para solução de alguns
132 problemas nela existentes. Ressaltou que quando do recebimento do Plano, não
133 havia nenhuma referência à Cultura, mas que isso já havia sido mudado, pois os
134 doze artigos do Plano já estariam fazendo referência à Cultura e à Arte no país.

135 **O Senhor Sérgio Mamberti, Secretário de Políticas Culturais**, manifestou-se
136 dizendo que no Plano Nacional de Cultura havia trinta e quatro ações
137 relacionadas com a Educação. E das quarenta e oito metas, seis estariam
138 relacionadas à Educação. **A Senhora Ministra de Estado da Cultura, Ana de**
139 **Hollanda**, lembrou a todos que em um estudo feito pelo CNPC na Comissão de
140 Educação, os Ministérios da Educação e da Cultura detectaram trinta e duas
141 emendas voltadas para a Cultura no Plano Nacional de Educação. E que seria
142 solicitado o encaminhamento dessas metas para serem consideradas, por se
143 identificarem muito com o Plano Nacional de Cultura. **O Senhor Deputado**
144 **Federal Angelo Vanhoni, Relator do Plano Nacional de Educação**, informou
145 que muitas já estavam no texto, pois já havia se avançado e consolidado o
146 conjunto dessas emendas ligadas à Cultura. **O Senhor Sérgio Mamberti,**
147 **Secretário de Políticas Culturais**, manifestou-se falando sobre a oportunidade
148 da reunião entre Ministério da Cultura e Ministério da Educação. Falou sobre a
149 comemoração dos 90 Anos de Paulo Freire, um homem extraordinário e que
150 havia deixado um legado enorme para o país. **O Senhor Carlos Alberto Xavier,**
151 **Assessor Especial do Ministro da Educação**, solicitou ao Deputado Ângelo
152 Vanhoni que falasse sobre o Ensino Técnico e Tecnológico no Plano Nacional

153 de Educação e das metas do governo para a expansão do Programa de
154 Educação Tecnológica. **Senhor Deputado Federal Angelo Vanhoni, Relator**
155 **do Plano Nacional de Educação**, informou que a meta do plano seria dobrar o
156 Ensino Tecnológico, chegar a dois milhões de alunos no Ensino Médio
157 Profissionalizante. **O Senhor Sérgio Mamberti, Secretário de Políticas**
158 **Culturais**, manifestou-se dizendo da importância do Deputado Ângelo Vanhoni
159 estar presente e passando informações tão importantes no momento da
160 apresentação das metas do Plano Nacional de Cultura. Que a seu ver a Cultura
161 e a Educação estariam começando a fazer o enlace tão esperado. Ressaltou
162 que, talvez, esse momento seria o mais importante momento do primeiro ano de
163 mandato da Ministra Ana. Agradeceu à ministra pela possibilidade de estar
164 começando a construir e implementar um projeto tão importante e esperado pela
165 sociedade brasileira. **O Senhor Deputado Federal Angelo Vanhoni, Relator**
166 **do Plano Nacional de Educação**, manifestou-se falando da importância da
167 aprovação do Vale Cultura para os professores, e que essa seria uma idéia, uma
168 estratégia na perspectiva da formação dos professores em todo o território
169 nacional. **O Senhor Carlos Alberto Xavier, Assessor Especial do Ministro da**
170 **Educação**, comentou sobre os mais de 40 anos de trabalho no Ministério da
171 Educação e Cultura, atualmente Ministério da Educação, e que um dos
172 momentos grandiosos da Educação e Cultura teria sido com o Secretário de
173 Cultura do MEC, Aloísio Magalhães, com mais de trezentas experiências de
174 sucesso de articulação dos dois setores. Falou da Portaria de Integração
175 assinada em 2006 pelos Ministros Fernando Haddad e Gilberto Gil, que não
176 aconteceu, e estaria sendo resgatada pela Ministra Ana. Em seguida, mencionou
177 o discurso feito por Augusto Boal por ocasião dessa Portaria de Integração e
178 finalizou lendo um trecho do discurso. **O Senhor João Roberto Peixe,**
179 **Secretário-Geral do CNPC**, manifestou-se passando a palavra ao Conselheiro
180 Nilton Bobato, autor do requerimento propondo a pauta da reunião que estaria
181 acontecendo. **O Sr. Nilton Aparecido Bobato, Literatura, Livro e Leitura,**
182 cumprimentou a todas e a todos. Falou ao deputado sobre o Plano Nacional do
183 Livro e Leitura e da Portaria conjunta, que teria o financiamento dos dois
184 ministérios, mas que não estaria sendo refletida dentro de sala de aula. Que o
185 Plano Nacional do Livro e Leitura se reflete em Políticas Públicas e em ações no
186 Ministério da Cultura, com suporte e participação em debates pelo Ministério da
187 Educação, mas que o plano não estaria acontecendo dentro da escola e citou
188 como exemplo as bibliotecas. Ressaltou que as mesmas vivem fechadas dentro
189 das escolas por falta de preparação dos professores em utilizá-las. E seria
190 necessário haver um debate para resolver como seria feita a formação desses

191 professores, mas para isso deveria ser resolvida, também, a questão do salário
192 do professor. Em seguida sugeriu ao Secretário Roberto Peixe que fossem feitas
193 conversas entre o Conselho Nacional de Política Cultural e o Conselho Nacional
194 de Educação para que o desenvolvimento da Educação e o desenvolvimento da
195 Cultura pudessem andar juntos. Em seguida agradeceu a presença do deputado
196 e ressaltou a importância do diálogo permanente entre Cultura e Educação. **O**
197 **Sr. Isaac William Farias Loureiro, Culturas Populares**, cumprimentou a todos.
198 Falou da importância da relação entre os dois ministérios e ressaltou ao
199 deputado o problema da diversidade no campo da Cultura e da Educação.
200 Acrescentou que seria interessante o diálogo entre os dois ministérios sobre a
201 questão da diversidade. Falou sobre a Lei Griô Nacional que está em tramitação
202 no Congresso Nacional e é um dos programas, das ações da Cultura Viva, que
203 propõe a criação de uma Política Nacional de Tradução Oral e Educação. A seu
204 ver, esse seria o momento ideal para se fazer esse debate. Finalizou
205 agradecendo a presença do deputado. **A Sra. Rosa Maria Coimbra, Dança**,
206 cumprimentou a todos. Disse concordar com as falas anteriores e falou sobre a
207 preocupação com a questão em relação ao professor de artes no Brasil.
208 Informou que os concursos feitos pela Secretaria de Educação nem sempre
209 conseguiam garantir recursos a esses professores de artes e que esse problema
210 teria que ser resolvido, para que o profissional de arte possa contribuir com a
211 formação curricular. Finalizou agradecendo a presença do deputado. **O Senhor**
212 **Deputado Federal Angelo Vanhoni, Relator do Plano Nacional de Educação**,
213 ressaltou que o problema não seria só em relação às artes, mas em alguns
214 estados havia problemas com professores de química, espanhol e outras
215 matérias. E que, muitas vezes, concursos são realizados, mas o número de
216 aprovados não é suficiente para suprir a demanda. Inclusive, quando o Ministério
217 da Educação lançou o Programa da Consolidação dos Institutos Federais
218 Tecnológicos, além de atender a demanda e os problemas do Ensino Médio, ele
219 reserva uma parte das vagas para que os estudantes possam fazer licenciatura
220 na área de ciências, química, física, biologia e matemática em função dos graves
221 problemas de falta de professores no Sistema Educacional Brasileiro como um
222 todo. Disse concordar com o que a Conselheira Rosa colocou e que essa
223 preocupação deve estar bem circunscrita, bem problematizada por todos os
224 atores, os municípios, sobretudo, os estados e a União. Em seguida agradeceu
225 a atenção de todos, pediu desculpas por ter que se retirar por problemas de
226 agenda e desejou um bom trabalho a todos. **A Senhora Ministra de Estado da**
227 **Cultura Ana de Hollanda**, manifestou-se anunciando a chegada do Senhor
228 Ministro da Educação. Convidou para compor a Mesa a Senhora Juana Nunes,

229 Diretora de Educação e Comunicação da Secretaria de Políticas Culturais que
230 está desenvolvendo o trabalho de integração das metas do Plano Nacional de
231 Cultura e Plano Nacional de Educação. Em seguida passou a palavra ao
232 Secretário Roberto Peixe. **O Sr. João Roberto Peixe, Secretário-Geral do**
233 **CNPC**, cumprimentou o ministro e chamou o Representante do Conselho
234 Nacional de Educação, Gilberto Garcia para compor a Mesa. **A Senhora**
235 **Ministra de Estado da Cultura Ana de Hollanda**, solicitou que todos fossem
236 bem objetivos, por conta do tempo, e que o ministro faria uma fala e depois
237 haveria um tempo para que as dúvidas fossem tiradas. Em seguida passou a
238 palavra ao ministro. **O Senhor Ministro de Estado da Educação Fernando**
239 **Haddad**, cumprimentou todas e a todos. Disse que seria breve, mas falaria um
240 pouco mais especificamente sobre a Interface da Cultura com a Educação.
241 Informou que o plano teria algumas novidades importantes, sendo a primeira um
242 número pequeno de metas. Ressaltou que o plano anterior tinha mais de
243 duzentas metas e que a sociedade acabou não acompanhando essas metas da
244 maneira desejável. Que seria um plano enxuto, no que diz respeito às metas,
245 pois as mesmas seriam em número de vinte, e um conjunto muito mais amplo de
246 estratégias para que as metas fossem atingidas. Que a preferência se deu por
247 dividir o plano em poucas metas e muitas ações para a sua consecução. Em
248 segundo lugar, seria um plano que fixa um patamar de investimento público em
249 Educação. Pois o plano anterior contava com esse dispositivo de 7% do PIB,
250 mas o dispositivo havia sido vetado pelo então Presidente, Fernando Henrique.
251 E que essa discussão nunca mais foi aberta no Congresso Nacional. Nesse
252 sentido, o plano já estaria como iniciativa do Executivo, indo com a meta de
253 fixação de 7% do PIB, o valor da meta que havia sido vetada. Enfatizou que teria
254 que se fazer um esforço muito grande para se atingir esse patamar. Em terceiro
255 lugar, seria um plano acompanhado de uma Lei de Responsabilidade
256 Educacional, visto que não adianta mandar um plano que seja uma carta de
257 intenções, sem que os agentes políticos sejam responsabilizados pelo não
258 cumprimento de uma meta. Se o gestor não se esforçar para cumprir a meta tem
259 que haver algum nível de responsabilização. Em quarto lugar, seria um plano
260 com forte ênfase na figura do professor, com muitas metas voltadas para o
261 professor, sendo a primeira meta a formação inicial gratuita, mesmo que feita em
262 instituição particular. Em segundo lugar, a meta média do professor, que não
263 poderá ser inferior, no final da década, ao salário médio dos demais profissionais
264 de nível superior. Outra meta do plano seria a questão da gestão democrática, a
265 questão da escolha do diretor da escola, dos conselhos e assim por diante.
266 Ressaltou que esse é o primeiro plano a incorporar Metas de Qualidade em

267 Educação. E que justamente em função dessa meta de qualidade é que foi
268 trabalhada uma meta que implicitamente dialoga com a agenda da Cultura.
269 Ressaltou que na Educação há dimensões imensuráveis. E que não se tem
270 como mensurar valores. Que a única forma de saber se a escola está
271 transmitindo valores para as crianças seria enaltecendo a diversidade,
272 combatendo a desigualdade, enfim. E que por conta disso a Cultura faz toda a
273 diferença no Sistema Educacional, por ser o veículo por meio do qual os valores
274 se assimilam e se incorporam de maneira natural, ao acervo de conhecimento
275 da criança e do jovem. O ensino se fortalece com a Cultura, porque a fixação de
276 conhecimentos específicos, fora de um pano de fundo da Cultura, tem uma
277 fixação muito precária. Ressaltou também que o caminho para recompor a
278 unidade perdida entre Educação e Cultura é um tempo na escola e que dessa
279 forma não se teria outra saída. Ressaltou também que o aumento da jornada
280 sob a responsabilidade da escola é um trabalho que terá que ser desenvolvido
281 para que seja restabelecida essa unidade de Cultura e Educação. Havia uma
282 meta de que 50% das escolas, até ao final da década, teriam que oferecer
283 educação em tempo integral, que é o que tem acontecido nas escolas adeptas
284 do Programa chamado Mais Educação. E que nesse programa a utilização do
285 tempo é voltada para a Cultura, para o desporto e para a socialização em
286 sentido amplo. Informou que quinze mil escolas já estariam fazendo parte do
287 Programa Mais Educação e que as demandas são Cultura e Desporto. E nesse
288 sentido se faz necessária a implantação de escolas com tempo integral, com um
289 período de 7h. Acrescentou que se não houver a criação de cidadãos capazes
290 de se colocar crítica e criativamente frente ao mundo isso iria significar que o
291 Sistema Educacional não estaria produzindo os resultados almejados. Que do
292 ponto de vista prático, o Mais Educação vai atingir quarenta mil escolas, até o
293 final do Governo Dilma, aproximadamente dois terços das escolas públicas
294 urbanas. E praticamente o que se pode fazer para antecipar esse movimento é
295 alinhar o Mais Educação com o Mais Cultura. Ressaltou que no momento os
296 Pontos de Cultura estariam sendo poucos mobilizadores da Cultura na Escola,
297 mas que se fosse estabelecida uma parceria entre os dois programas, ambos
298 poderiam ser potencializados. A Cultura ampliaria o seu público apreciador, se
299 abrindo à escola e a escola ampliaria suas possibilidades de atendimento das
300 crianças, usando um pouco o expediente no universo da Cultura. Ressaltou que
301 outra coisa que está sendo pouco explorada seria o acordo firmado com o
302 Sistema S. Está sendo muito bem explorado do ponto de vista da Educação
303 Profissional, que será no SENAC. Mas que, do ponto de vista do SESI e do
304 SESC, não estaria havendo esse aproveitamento. Que o SESI e o SESC teriam,

305 por lei, que investir, hoje, um terço da sua receita compulsória em atividades
306 culturais voltadas para estudantes, no âmbito da Educação e da Cultura.
307 Ressaltou haver unidades do SESC com intensa atividade cultural, mas que nem
308 sempre são vistas como Ponto de Cultura Público. E que os Pontos de Cultura
309 financiados com verba federal, que é cobrada na folha de salário de todos os
310 trabalhadores, não são considerados como Pontos de Cultura. Mas, por lei,
311 agora são considerados Pontos de Cultura. Sugeriu que a Cultura promovesse
312 no âmbito do acordo do Sistema S um encontro com todos os dirigentes do SESI
313 e do SESC do Brasil para que o MEC e a Cultura pudessem apresentar um
314 plano, para incorporá-los ao Programa Mais Cultura de maneira a propiciar uma
315 ampliação do público apreciador, como está sendo feito com o SENAI e o
316 SENAC, agora, no âmbito do PRODATEC, que já passou pela Câmara e vai
317 passar pelo Senado, para serem integrados como agentes não estatais,
318 paraestatais, mas públicos, da ação pública frente à Cultura. Disse não saber se
319 no Plano Nacional de Cultura estaria contemplada essa incorporação do acordo
320 como política pública, porque o plano não pode dizer respeito só à ação do
321 poder público em sentido estrito; tem que dizer respeito a toda ação que tem que
322 ser feita na sociedade, para que a promoção da Cultura aconteça. Informou que
323 Fóruns Estaduais de Coordenação da Educação Profissional estariam sendo
324 feitos no país, para evitar sobreposição e para criar melhores condições de
325 atendimento. Ressaltou que o terceiro ponto seria um ponto de contato: a
326 questão dos acervos digitais. Disse considerar um absurdo as obras de arte,
327 filmes serem financiadas 100% pelo Estado e para serem levadas às escolas
328 públicas ser necessário haver um pedido de licença. Ressaltou que não quer
329 ferir o direito de ninguém nem o patrimônio. Mas que estava falando isso para
330 que fosse ampliado o acesso à Cultura, sem nenhum prejuízo comercial a
331 ninguém. Disse considerar que essas ações seriam fáceis de fazer, mas que
332 seria preciso estruturar o plano. Declarou como bem-vinda a mudança
333 constitucional que previu o Plano Nacional de Cultura. E disse que, no seu
334 entender, sem Cultura não havia Educação e que às vezes as pessoas lêem às
335 avessas, pois falar que “sem Educação não tem Cultura”, não é verdade. O pano
336 de fundo do aprendizado é a Cultura. Na sequência, a **Ministra da Cultura, Ana**
337 **de Hollanda**, falou sobre a complementaridade entre as áreas da cultura e da
338 educação e após a manifestação do Secretário de Políticas Culturais, Senhor
339 Sergio Mamberti fez o lançamento oficial da Consulta Pública sobre as metas do
340 Plano Nacional de Cultura proferindo discurso como segue: *Bom dia a todas e*
341 *todos presentes nesta 15ª Reunião do Conselho Nacional de Política Cultural,*
342 *em especial ao Ministro Fernando Haddad, que aceitou o convite para celebrar*

343 *conosco este importante dia para a Cultura brasileira. O governo Dilma busca,*
344 *entre outras coisas, aprimorar e estabelecer um processo de avanço e*
345 *qualificação da gestão pública. Eu me sinto honrada em colaborar nesse*
346 *processo através de um planejamento para os próximos dez anos, definindo as*
347 *metas do Plano Nacional de Cultura, que é uma conquista da sociedade,*
348 *representada aqui neste Conselho. Coube a nós dirigentes do Sistema MinC,*
349 *secretários, presidentes de vinculadas, técnicos, servidores e consultores*
350 *parceiros especializados em gestão pública obter a partir das ações da Lei nº*
351 *12.243 a proposta de metas que agora será tornada pública – Lei essa que foi*
352 *sancionada pelo então presidente Lula em 2 de dezembro de 2010, e que agora*
353 *está no processo de regulamentação. Este trabalho foi construído*
354 *coletivamente, com transparência e respeitando a principal instância de consulta*
355 *que é o Conselho Nacional de Política Cultural. Lembro que foi aqui que na*
356 *primeira reunião deste ano, submetemos o Termo de Parceria com o Instituto*
357 *Via Pública, vencedor da chamada pública, aqui representado pelo seu*
358 *presidente Pedro Paulo Martoni Branco. Em seguida, realizamos uma reunião*
359 *extraordinária deste Conselho, para compartilhar a metodologia e critérios para a*
360 *criação das metas, o que também aconteceu com todos os colegiados setoriais.*
361 *Criamos uma Grupo de Trabalho do PNC com representantes de todo Sistema*
362 *MinC, que durante quatro meses estudaram, debateram e formularam esta*
363 *proposta que apresentamos agora. Foi grande a dificuldade que tivemos para*
364 *levantar os números da cultura, pois as séries históricas são insuficientes para*
365 *dar conta da nossa diversidade cultural. O MinC existe há 26 anos e há pouco*
366 *tempo realizamos a primeira parceria com o IBGE que resultou em duas*
367 *pesquisas da MUNIC, e outras pesquisas foram realizadas pelo IPEA, FGV e*
368 *IBOPE. Portanto, a institucionalização desse processo de avaliação e*
369 *monitoramento, que inclusive, está previsto na Lei do PNC com a implantação*
370 *do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, a cargo da*
371 *Secretaria de Políticas Culturais, vai ser a principal ferramenta para os gestores*
372 *e a sociedade poderem acompanhar e avaliar o PNC. Mas não podemos definir*
373 *as metas apenas em nossas instâncias, MinC e CNPC. Temos a obrigação de*
374 *completar esse processo com a sociedade, artistas, produtores, gestores*
375 *públicos e privados, pesquisadores, estudantes e agentes da cultura que durante*
376 *duas Conferências Nacionais, dezenas de conferências estaduais e centenas de*
377 *conferências municipais trabalharam arduamente como delegados, articulando*
378 *demandas nacionais e setoriais para a cultura representadas nesse plano em*
379 *275 ações. A proposta do MinC consolida estas ações em 48 metas, que agora*
380 *serão apresentadas para a sociedade. Gostaria de justificar a presença do*

381 *Ministro Haddad. Destas 275 ações, 33 estão relacionadas com a Educação e*
382 *isto se reflete em 6 metas que fazem esta interface direta. Portanto, só*
383 *poderemos realizar este Plano ao estreitarmos nas relações interministeriais,*
384 *não só com a Educação, mas com os ministérios das Comunicações, Direitos*
385 *Humanos, Turismo, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente. Neste momento*
386 *convidamos a todas e todos para nos próximos 30 dias participarem da Consulta*
387 *Pública das Metas do PNC, numa plataforma de rede social na página*
388 *www.cultura.gov.br, onde todos poderão se cadastrar e colaborar com as metas*
389 *para os próximos 10 anos. Após este processo, vamos consolidar as*
390 *colaborações e definir a versão final que será publicada em*
391 *dezembro. Contamos com vocês. Muito obrigada.* Os Conselheiros do CNPC
392 fizeram questionamentos direcionados ao Ministro Fernando Haddad. O
393 representante do Conselho Nacional de Educação, **Senhor Gilberto Garcia**, fez
394 sua explanação. Durante a explanação, sugeriu a presença do CNPC no Fórum
395 Nacional da Educação e convidou o Ministério da Cultura a apresentar o Plano
396 Nacional de Cultura ao Conselho Nacional de Educação. A Diretora **Juana**
397 **Nunes Pereira** falou sobre a importância da educação no PNC – foi feita uma
398 apresentação intitulada “PNC e PNE: um diálogo premente”. A **Ministra Ana de**
399 **Hollanda** fez o encerramento do tópico e foram abertas as inscrições para
400 manifestação do Plenário. Foi sugerido pelo **Conselheiro Nilton Bobato**,
401 Literatura, Livro e Leitura, a criação de um Grupo de Trabalho para estudar as
402 propostas de emendas do PNE e interfaces com o PNC. O Secretário-Geral do
403 CNPC, **Senhor João Roberto Peixe**, sugeriu colocar em deliberação a criação
404 do referido GT. A proposta foi colocada em votação e aprovada por
405 unanimidade. Ficou acordada a escolha dos membros do Grupo de Trabalho na
406 parte da tarde, tomando-se por encerrados os trabalhos da manhã. Reiniciadas
407 as atividades no período da tarde, foram aprovadas, por unanimidade, a ata da
408 4ª Reunião Extraordinária e a ata da 14ª Reunião Ordinária. A deliberação sobre
409 a ata da 5ª Reunião Extraordinária foi adiada para a reunião seguinte no intuito
410 de obter tempo hábil para que os conselheiros pudessem analisá-la e propor
411 alterações. Os requerimentos de urgência apresentados para a reunião foram
412 submetidos à apreciação: Requerimento 1, sobre as atividades culturais nos
413 megaeventos desportivos de 2014 e 2016 – será discutido na próxima reunião;
414 Requerimento 2, que solicita esclarecimentos sobre a Comissão Nacional do
415 Fundo Nacional de Cultura e sobre os Comitês Técnicos que devem definir as
416 diretrizes e critérios para utilização e distribuição dos recursos do fundo para
417 2011 e 2012 – será discutido juntamente com as diretrizes para utilização dos
418 recursos do FNC para 2012; Requerimento 3, inclusão na pauta de proposta de

419 formação de um Grupo de Trabalho para Avaliação de Resultados de Projetos
420 Incentivados – aprovado; Requerimento 4, pedido de esclarecimentos à
421 Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Cultura - CONJUR-MinC acerca dos
422 critérios e procedimentos adotados para contratações e financiamentos de
423 projetos realizados com recursos diretos das instituições vinculadas ao Ministério
424 – foi aprovada a inclusão desse ponto de pauta, com 2 votos contrários;
425 Requerimento 5, cumprimento do cronograma de ações para instalação dos
426 Colegiados Setoriais conforme deliberação do Plenário do CNPC – já está
427 incluído na pauta. Adiante foram feitos informes sobre a reunião do GTI Animais
428 no Circo, pela **Conselheira Alice Viveiros**; informes sobre Audiência Pública no
429 Estado do Pará, no dia 30 de outubro, pelo **Conselheiro Antônio Ferreira**;
430 informes sobre a Revista Hera pelo **Conselheiro Washington Queiroz**;
431 informes sobre a Conferência Nacional de Arquivos, que seria realizada no final
432 de 2011, pela **Conselheira Heloísa Esser**; informes sobre situação que estava
433 ocorrendo no Paraná, a qual contraria o SNC, com implementação de conselho
434 de cultura e plano de forma inadequada, pelo **Conselheiro Manoel Neto** –
435 desencadeando uma moção. O **Senhor Manoel Neto** solicitou informações
436 referentes à consulta pública sobre a Ordem dos Músicos do Brasil. Ainda sobre
437 esse assunto, o **Senhor Isaac Loureiro** solicitou informações relativas à Moção
438 nº 42. Ainda houve informes sobre a publicação da Resolução nº 4, bem como
439 das Moções e Recomendações do CNPC. Em seguida foi realizada a
440 apresentação da plataforma de consulta pública das metas do PNC, pelo
441 **Senhor Américo Córdula**, Diretor de Estudos e Monitoramento de Políticas
442 Culturais da SPC. Foi feita uma solicitação para a SPC apresentar na próxima
443 reunião os módulos do SNIIC e o cronograma de implementação do SNIIC. O
444 **Senhor Aldenir Paraguassú** sugeriu que os documentos e materiais sejam
445 disponibilizados no blog do CNPC e não impressos para todos, no intuito de
446 economizar papel. Seguindo para o sexto item da pauta, a Assessora Especial
447 do Gabinete da Ministra, **Senhora Morgana Eneile**, apresentou as diretrizes do
448 Ministério da Cultura para a Copa de 2014, encerrando as atividades do primeiro
449 dia. O **Sr. João Roberto Peixe, Secretário-Geral do CNPC**, deu início ao
450 segundo dia da 15ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural,
451 CNPC, comunicando que as moções que não haviam sido entregues poderiam
452 ser entregues até às 14h. Em seguida, passou a palavra a Senhora Maria
453 Helena Signorelli. A **Sra. Maria Helena Signorelli, Coordenadora-Geral do**
454 **CNPC**, cumprimentou a todos. Informou que com relação às moções e
455 recomendações, seria necessário observar o modelo com novo formato sugerido
456 pela Consultoria Jurídica do Ministério da Cultura - CONJUR, no qual a

457 exposição de motivos fica como anexo e somente seria publicado no Diário
458 Oficial da União o objeto da moção ou da recomendação. Informou que o
459 Conselheiro Nilton Bobato argumentou que não havia sido feita a eleição para o
460 GT proposto para tratar da questão da educação e estaria sugerindo que fosse
461 feita na parte da manhã. O **Sr. Antônio José Amaral Ferreira, Culturas Afro-**
462 **Brasileiras**, cumprimentou a todos. Questionou o Secretário João Roberto Peixe
463 sobre a questão da discussão com relação à participação dos doze conselheiros
464 na Comissão de Acompanhamento da Copa. O **Sr. João Roberto Peixe,**
465 **Secretário-Geral do CNPC**, informou que faria uma inversão de pauta em
466 função do que o Conselheiro Charles havia proposto no dia anterior, em relação
467 ao requerimento de urgência sobre os comitês setoriais e que nesse caso ficaria
468 junto com a questão do fundo. Disse que, no seu entendimento, a questão da
469 instalação e renovação dos colegiados setoriais deveria ficar nesse mesmo
470 ponto da pauta. Em seguida, pediu que tomasse assento à Mesa o Presidente
471 da Comissão Temática do Sistema Nacional de Cultura, Ignácio Kornowski, e o
472 Relator, Charles Narloch. Sugeriu que o Senhor Ignácio fizesse a apresentação
473 do relatório da Comissão. O **Sr. Ignácio Kornowski, Presidente da Comissão**
474 **Temática do SNC**, cumprimentou a todos. Informou que o trabalho havia sido
475 feito baseado no texto básico e também dentro da visão do CNPC, e com a
476 incorporação da Resolução nº4. Em seguida, passou a palavra ao Senhor
477 Charles Narloch, Relator da Comissão Temática do Sistema Nacional de
478 Cultura. O **Sr. Charles Narloch, Relator da Comissão Temática do Sistema**
479 **Nacional de Cultura**, cumprimentou a todos. Manifestou-se dizendo que como o
480 Conselheiro Ignácio havia informado, a comissão se reuniu para tratar
481 especificamente da Definição das Diretrizes do Fundo Nacional de Cultura de
482 2012. Mas, que conforme constava na ata, que seria apresentada a seguir, ao
483 discutir a possibilidade de definição dessas diretrizes gerais para o Fundo de
484 2012, a comissão havia levantado a questão das atribuições do conselho e as
485 atribuições, também, que estão previstas no PROCULTURA. E que em seguida,
486 houve um questionamento sobre por que se estaria definindo as diretrizes
487 apenas para o Fundo Nacional de Cultura se o Sistema de Financiamento prevê
488 dois mecanismos que são o Fundo Nacional de Cultura e o Incentivo Fiscal.
489 Informou que a comissão havia decidido então propor as diretrizes para os dois
490 mecanismos e fez a leitura da ata. Após o término da leitura, apontou os três
491 aspectos importantes da ata, que seriam: a proposta de diretrizes
492 especificamente para o Fundo Nacional de Cultura; a preocupação levantada
493 pelos membros da sociedade civil em relação à composição atual da Comissão
494 do Fundo Nacional de Cultura, que não prevê a participação da sociedade civil,

495 na regulamentação da legislação; e o terceiro aspecto, a necessidade, de acordo
496 com o entendimento da comissão sobre a legislação vigente, de também
497 apresentar uma resolução com diretrizes gerais para o incentivo fiscal de 2012.
498 Em seguida fez a leitura das duas propostas de resolução, sendo a primeira
499 específica do Fundo Nacional de Cultura, Resolução de 21 de setembro de
500 2011, que estabelece diretrizes para a aplicação dos recursos do Fundo
501 Nacional de Cultura no exercício de 2012 e a segunda, Resolução que
502 estabelece diretrizes para o Incentivo Fiscal. O **Sr. João Roberto Peixe,**
503 **Secretário-Geral do CNPC,** após a leitura das duas resoluções colocou em
504 votação a Resolução das Diretrizes do Fundo Nacional de Cultura. O Art. 1º foi
505 aprovado. Inciso I. Houve um pedido de destaque do **Conselheiro Isaac**
506 **William Farias Loureiro, Culturas Populares,** que sugeriu que fosse inserido
507 no Inciso I “... desenvolvimento local e assegurando uma melhor distribuição
508 regional dos investimentos em cultura.” e depois de “regional”, que fosse
509 acrescentada a palavra “equilibrada.” “... uma melhor distribuição regional
510 equilibrada...” A **Sra. Maria Alice Viveiros de Castro, Circo,** não concordou
511 com a proposta do Conselheiro Isaac, por ser contra o uso da palavra equidade.
512 O **Sr. Devair Antônio Fiorotti, Museus,** apresentou uma proposta que seria a
513 criação de um inciso a partir de “... promovendo...” e que nesse caso a redação
514 ficaria: “Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura, assegurando a participação
515 social e a qualificação da gestão e das políticas culturais; O outro inciso:
516 “Promover o pacto federativo, o desenvolvimento local, e assegurar uma
517 distribuição regional equilibrada dos investimentos em cultura.” O **Sr. Antônio**
518 **Grassi, Ministério da Cultura,** cumprimentou a todos também se mostrou
519 contrário à proposta do Conselheiro Isaac. Disse ser favorável à colocação feita
520 pela Conselheira Alice com relação à palavra equidade, pois em muitas
521 questões já discutidas havia sempre uma confusão com relação à distribuição, à
522 democratização de distribuição dos recursos ser confundida com a distribuição
523 igualitária e equitativa. Que nesse caso valeria a pena uma reflexão bem
524 profunda sobre isso. Que embora não concordasse com a colocação do
525 Conselheiro Isaac, respeitava porque ela estaria traduzindo uma preocupação
526 das regiões de ter uma participação efetiva nessa distribuição. Ressaltou que o
527 Estado Brasileiro não deveria se conformar com essa concentração e distribuir
528 de acordo com a demanda, mas que cabia ao Estado, sim, promover incentivo
529 para que a participação das demais regiões seja maior do que a que
530 normalmente tem sido, por exemplo, de acordo com os mercados. E que o
531 Estado não poderia fechar os olhos para essa realidade. O **Sr. Nilton Aparecido**
532 **Bobato, Literatura, Livro e Leitura,** manifestou-se pedindo que se prestasse

533 atenção porque estariam confundindo termos. Que equidade não é igualdade
534 absoluta; equidade é justamente o princípio da justiça, de ajustar essa igualdade
535 na aplicação à realidade concreta. O **Sr. João Roberto Peixe, Secretário-Geral**
536 **do CNPC**, manifestou-se contrário à colocação de outro inciso e fez um apelo
537 para que se continuasse com a redação original porque o sistema seria um
538 conjunto. O **Sr. Charles Narloch, Relator da Comissão Temática do Sistema**
539 **Nacional de Cultura** sugeriu que fosse colocado em votação por haver dois
540 pensamentos diferentes. E que a sua proposta seria, independente de ficar junto
541 ou separado e, principalmente, se ficar junto, que fossem retirados os verbos no
542 gerúndio. O **Sr. João Roberto Peixe, Secretário-Geral do CNPC**, manifestou-
543 se dizendo que com a concordância do Conselheiro Charles e a retirada da
544 proposta do Conselheiro Devair Fiorotti, a redação do Inciso teria ficado da
545 seguinte forma: Inciso I - Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura, assegurando
546 a participação social e a qualificação da gestão e das políticas culturais,
547 promovendo o pacto federativo e o desenvolvimento local, e assegurando uma
548 distribuição regional equilibrada dos investimentos em cultura. Em seguida,
549 colocou em votação a redação, que foi aprovada por consenso. Continuando,
550 passou ao Inciso II, que, sem destaque, foi aprovado. Inciso III, sem destaque,
551 aprovado. Inciso IV, sem destaque, aprovado. Inciso V, sem destaque,
552 aprovado. Inciso VI, sem destaque, aprovado. Inciso VII, sem destaque,
553 aprovado. Inciso VIII, sem destaque, aprovado. No Inciso IX houve destaque da
554 Conselheira **Cléo Alves Pinto de Oliveira, Ministério das Cidades**, que
555 sugeriu que fosse incluída no inciso a questão da educação patrimonial,
556 inserindo-se depois de "... memória nacional..." a expressão "... bem como ações
557 de Educação Patrimonial." O **Sr. Washington da Silva Queiroz, Patrimônio**
558 **Imaterial**, sugeriu que no lugar de "... patrimônio cultural...", fosse colocado "...
559 patrimônio material e imaterial...", pelo menos entre parênteses. O **Sr. Isaac**
560 **William Farias Loureiro, Culturas Populares**, manifestou-se concordando com
561 a colocação da Conselheira Cléo, mas destacou que no inciso citado, a
562 salvaguarda seria um termo mais amplo que já incluiria todas as ações voltadas
563 à preservação e à proteção do patrimônio cultural. A **Sra. Cléo Alves Pinto de**
564 **Oliveira, Ministério das Cidades**, discordou da colocação feita pelo
565 Conselheiro Isaac, por acreditar que as ações educativas, as ações de
566 Educação Patrimonial, são distintas dos outros processos com os quais o IPHAN
567 e as outras instituições de proteção do patrimônio trabalham. A **Sra. Virginia**
568 **Lúcia da Fonseca Menezes, Teatro**, manifestou-se concordando com a
569 colocação do Conselheiro Washington de que se inserisse entre parênteses os
570 termos material e imaterial e fez uma sugestão de redação com relação à

571 Educação Patrimonial: “Promover o reconhecimento, conservação, restauração,
572 salvaguarda, preservação, promoção, educação e difusão.” O **Sr. Nilton**
573 **Aparecido Bobato, Literatura, Livro e Leitura**, manifestou-se concordando
574 com a Conselheira Virginia, mas que discordava da proposta do Conselheiro
575 Washington porque esse termo Patrimônio Cultural já define que é patrimônio
576 material e patrimônio imaterial. A **Sra. Maria Alice Viveiros de Castro, Circo**,
577 manifestou-se discordando da colocação do Conselheiro Nilton e concordando
578 com a colocação do Conselheiro Washington, porque daqui a dez anos não se
579 saberia como estaria sendo vista esta interpretação. E que concordava também
580 com a colocação da Conselheira Cléo. A **Sra. Maria Bernadete Porto, IPHAN**,
581 manifestou-se contrária à mudança da redação original com relação à colocação
582 de Educação Patrimonial. A **Sra. Roseane da Conceição Costa Norat,**
583 **Arquitetura e Urbanismo**, manifestou-se favorável à colocação de “Educação
584 Patrimonial”. E que já estaria acompanhando há muitos anos essa discussão e
585 que ela fica sempre nas boas intenções. E que por ser uma questão muito mais
586 abrangente, a sugestão seria que ela entrasse como um item em destaque a
587 parte. O **Sr. Charles Narloch, Relator da Comissão Temática do Sistema**
588 **Nacional de Cultura**, a pedido do Secretário Peixe, relatou o que havia sido
589 colocado que seria a proposta do Conselheiro Washington com a inclusão
590 depois de Patrimônio Cultural, de “(material e imaterial)”, e a proposta da
591 Conselheira Cléo, para depois de “... memória nacional...” incluir “bem como
592 ações de Educação Patrimonial.” A **Sra. Roseane da Conceição Costa Norat,**
593 **Arquitetura e Urbanismo**, manifestou-se mantendo a sua proposta. O **Sr.**
594 **Charles Narloch Relator da Comissão Temática do Sistema Nacional de**
595 **Cultura**, informou que teria a proposta da Conselheira Maria Bernadete do
596 IPHAN de manter a redação original e que nesse caso seriam quatro propostas.
597 O **Sr. João Roberto Peixe, Secretário-Geral do CNPC**, após algumas
598 ponderações, colocou em votação e o Inciso IX foi aprovado com a redação
599 original. A **Sra. Roseane da Conceição Costa Norat, Arquitetura e**
600 **Urbanismo**, manifestou-se dizendo não ter sido contemplada com a proposta
601 que havia feito. O **Sr. João Roberto Peixe, Secretário-Geral do CNPC**,
602 manifestou-se dizendo que houve a votação e que foi aprovada a redação
603 original. Por esse motivo a sua proposta não teria sido aceita. Em seguida
604 passou ao Inciso X. O **Sr. Antônio Albino Canelas Rubim, Fórum Nacional de**
605 **Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura**, disse que teria uma proposta
606 de inclusão no Inciso X: “Promover registro, mapeamento e difusão...”, que
607 gostaria de incluir estudo e pesquisa para dar uma situação mais geral, ampliar a
608 possibilidade. O **Sr. Charles Narloch, Relator da Comissão Temática do**

609 **Sistema Nacional de Cultura**, disse ter notado que no inciso anterior havia
610 ficado uma divisão apesar da aprovação e sugeriu que nesse inciso específico,
611 considerando que estavam tratando de estudos, pesquisa, registro,
612 mapeamento, talvez fosse possível incluir uma citação específica sobre
613 Educação Patrimonial. O **Sr. João Roberto Peixe, Secretário-Geral do CNPC**,
614 após várias sugestões colocou em votação o Inciso X, que foi aprovado com a
615 seguinte redação: “Promover estudos, pesquisas, registro e mapeamento e
616 difusão da diversidade das artes, celebrações, manifestações e expressões
617 culturais brasileiras”. Em seguida passou para votação do Inciso XI. O **Sr. Isaac**
618 **William Farias Loureiro, Culturas Populares**, sugeriu que fosse incluído o
619 termo “... formação” no inciso XI. O **Sr. Charles Narloch, Relator da Comissão**
620 **Temática do Sistema Nacional de Cultura**, se mostrou favorável à proposta do
621 Conselheiro Isaac. O **Sr. João Roberto Peixe, Secretário-Geral do CNPC**,
622 após várias manifestações colocou em votação o Inciso XI ficando o mesmo com
623 a seguinte redação: “Fomentar a formação e o aperfeiçoamento artístico,
624 técnico, profissional e gerencial dos agentes e recursos humanos da área da
625 cultura”. Continuando, passou ao Inciso XII. O **Sr. Antônio Albino Canelas**
626 **Rubim, Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura**,
627 manifestou-se fazendo a proposta com a seguinte redação: “Ampliar o acesso de
628 cidadãos e cidadãs à criação, à fruição...”. O **Sr. João Roberto Peixe,**
629 **Secretário-Geral do CNPC**, colocou em votação o Inciso XII com a redação
630 proposta pelo Conselheiro Albino e foi aprovado por unanimidade. Em seguida,
631 colocou em votação o Inciso XIII. Não havendo destaque, o inciso foi aprovado.
632 Em seguida, colocou em votação o Inciso XIV, que foi aprovado com a seguinte
633 redação: “Realizar preferencialmente na aplicação dos recursos do Fundo
634 Nacional de Cultura, pela União, Distrito Federal, estados e municípios a escolha
635 de projetos mediante seleção pública”. Em seguida, passou à votação do Inciso
636 XV, que foi aprovado por unanimidade. Continuando, colocou em votação o
637 Inciso XVI, que foi aprovado. O Inciso XVII, colocado em votação, foi aprovado.
638 Continuando, colocou em votação o Inciso XVIII, que foi aprovado com a
639 seguinte redação: “Considerar os custos adicionais excluindo quando for o
640 caso”. Em seguida, colocou em votação o Inciso XIX, que foi aprovado. Em não
641 havendo mais nada a votar, a Resolução que estabelece as diretrizes para a
642 aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura no exercício de 2012 foi
643 aprovada com a redação que se segue: *Resolução que estabelece diretrizes*
644 *para a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura – FNC, no exercício*
645 *de 2012. O Conselho Nacional De Política Cultural – CNPC, reunido em Sessão*
646 *Ordinária, em Brasília, nos dias 21 e 22 de setembro de 2011, e no uso das*

647 atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de
648 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973, de 7 de outubro de 2009, e tendo em vista
649 o disposto em seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 28, de 19 de
650 março de 2010, e considerando a Nota Técnica nº 1/2009-DGE/SE/MinC, de 14
651 de agosto de 2009, elaborada por determinação da Resolução nº 1, de 17 de
652 junho de 2009, deste Conselho, ressalvada a competência prevista no inciso III,
653 do art. 3º, do Decreto nº 5.520/05, resolve: Art. 1º Estabelecer, em consonância
654 com o Plano Nacional de Cultura e com as prioridades da II Conferência
655 Nacional de Cultura, as diretrizes gerais para a aplicação de recursos do Fundo
656 Nacional de Cultura (FNC), a seguir elencadas: I - fortalecer o Sistema Federal
657 de Cultura, assegurando a participação social e a qualificação da gestão e das
658 políticas culturais, promovendo o pacto federativo e o desenvolvimento local, e
659 assegurando uma distribuição regional equilibrada dos investimentos em cultura;
660 II - contribuir para o cumprimento das metas do Plano Nacional de Cultura e dos
661 Planos Nacionais Setoriais; III - assegurar que as políticas, programas, projetos
662 e ações contemplados com recursos do FNC estejam em consonância com as
663 diretrizes e os critérios definidos no seu Plano de Trabalho Anual; IV -
664 contemplar, no conjunto de políticas, programas, projetos e ações financiados,
665 os princípios da diversidade cultural, tanto das expressões artísticas, quanto das
666 expressões culturais; V - assegurar que as políticas, programas, projetos e
667 ações apoiados não contenham conteúdo discriminatório, preconceituoso, que
668 incitem a intolerância nas suas diferentes formas, nem que afrontem a
669 sustentabilidade ambiental; VI - promover a transversalidade das políticas
670 culturais; VII - ampliar a circulação do conhecimento e da produção artística e
671 cultural, valorizando as expressões locais e intensificando o intercâmbio nacional
672 e internacional; VIII - fomentar arranjos regionais de circulação e de cooperação
673 e estimular o desenvolvimento local e a inserção dos agentes culturais na
674 economia global; IX - promover o reconhecimento, conservação, restauração,
675 salvaguarda, preservação, promoção e difusão do patrimônio cultural e da
676 memória nacional; X - promover estudos, pesquisas, registro, mapeamento e
677 difusão da diversidade das artes, celebrações, manifestações e expressões
678 culturais brasileiras; XI - fomentar a formação e o aperfeiçoamento artístico,
679 técnico, profissional e gerencial dos recursos humanos da área da cultura; XII -
680 ampliar o acesso de cidadãos e cidadãs à criação, à fruição e à produção
681 cultural; XIII - condicionar à aprovação da Comissão do Fundo Nacional de
682 Cultura a definição das políticas, programas e projetos de incentivo direto, bem
683 como as transferências aos entes da federação; XIV - realizar preferencialmente,
684 na aplicação dos recursos do FNC, pela União, Estados, Distrito Federal e

685 *Municípios, a escolha de projetos mediante seleção pública; XV - destinar*
686 *sessenta por cento do valor global do orçamento do FNC para aplicação direta*
687 *em políticas, programas, projetos e ações e quarenta por cento para*
688 *transferência aos entes federados, sendo vinte e quatro por cento aos*
689 *Municípios e dezesseis por cento aos Estados e Distrito Federal, priorizando os*
690 *que constituíram seus Sistemas de Cultura e, a seguir, os que aderiram ao*
691 *Sistema Nacional de Cultura; XVI - do valor destinado aos Estados, cinquenta*
692 *por cento deverá ser repassado por estes aos seus Municípios, priorizando os*
693 *que constituíram seus Sistemas de Cultura e, a seguir, os que aderiram ao*
694 *Sistema Estadual de Cultura; XVII - na distribuição dos recursos destinados aos*
695 *Estados, Distrito Federal e Municípios, garantir o mínimo de dez por cento para*
696 *cada região do País, com vistas a promover a desconcentração regional do*
697 *investimento; XVIII - considerar os custos adicionais que impactam nas ações e*
698 *projetos realizados fora das regiões metropolitanas e em locais de acesso*
699 *dificultado, como a Amazônia Legal; e XIX - desenvolver e aplicar mecanismos e*
700 *procedimentos de acompanhamento da execução dos projetos apoiados e de*
701 *avaliação dos resultados e produtos obtidos. Art. 2º Esta Resolução entra em*
702 *vigor na data de sua publicação.* Em seguida, o Senhor Secretário João Roberto
703 Peixe colocou em discussão a Resolução que estabelece diretrizes para a
704 aprovação de projetos culturais contemplados pelo mecanismo de Incentivo
705 Fiscal no exercício de 2012. Continuando, disse que no Art. 1º haveria a
706 mudança só do preâmbulo da Resolução. E que do Inciso I ao Inciso XI eles
707 seriam comuns nas duas resoluções e por esse motivo já estariam aprovados.
708 Só no Inciso III havia sido feita a modificação na redação pelo Secretário
709 Henilton Menezes, da Secretaria de Fomento e incentivo à Cultura, ficando a
710 redação da seguinte forma: “Assegurar políticas, programas, projetos e ações
711 contemplados que estejam em consonância com as diretrizes e critérios
712 definidos no seu plano de trabalho anual.” Em seguida, colocou em votação o
713 Inciso XIII com a seguinte redação, proposta pelo Secretário Henilton Menezes:
714 “Estimular a apresentação e facilitar o processo de análise de projetos culturais
715 ainda não inseridos na indústria cultural brasileira ou aqueles de natureza
716 simbólica.” O Inciso foi aprovado com a nova redação. Em seguida, passou a
717 votação do Inciso XIV, que foi aprovado com a proposta do Secretário Henilton,
718 de manter o texto, mas com exclusão de “... dentre outros ...”. Em seguida,
719 colocou em votação o Inciso XV, que após diversas colocações foi aprovado
720 com a redação original. Inciso XVI, aprovado. Inciso XVII, aprovado. Inciso XVIII,
721 aprovado. Inciso IXX, aprovado com a seguinte redação: “Considerar nos
722 projetos aprovados os custos adicionais que impactam nas ações realizadas fora

723 da Região Metropolitana e em locais de acesso dificultado como a Amazônia
724 Legal.” Não havendo mais nenhuma proposta, foi aprovada a Resolução que
725 trata das Diretrizes para a aprovação de Incentivo Fiscal, com a redação da
726 forma que segue: *Resolução que estabelece diretrizes para a aprovação de*
727 *projetos culturais contemplados pelo mecanismo de Incentivo Fiscal, no*
728 *exercício de 2012. O Conselho Nacional De Política Cultural – CNPC, reunido*
729 *em Sessão Ordinária, em Brasília, nos dias 21 e 22 de setembro de 2011, e no*
730 *uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 5.520, de 24 de*
731 *agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973, de 7 de outubro de 2009, e*
732 *tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº*
733 *28, de 19 de março de 2010, resolve: Art. 1º Estabelecer, em consonância com o*
734 *Plano Nacional de Cultura e com as prioridades da II Conferência Nacional de*
735 *Cultura, as diretrizes gerais para a aprovação de projetos culturais contemplados*
736 *pelo mecanismo de Incentivo Fiscal, no exercício de 2012, a seguir elencadas: I*
737 *- fortalecer o Sistema Nacional de Cultura, assegurando a participação social e a*
738 *qualificação da gestão e das políticas culturais, promovendo o pacto federativo e*
739 *o desenvolvimento local, e assegurando uma distribuição regional equilibrada*
740 *dos investimentos em cultura; II - contribuir para o cumprimento das metas do*
741 *Plano Nacional de Cultura e dos Planos Nacionais Setoriais; III - contemplar, no*
742 *conjunto de políticas, programas, projetos e ações aprovados, os princípios da*
743 *diversidade cultural, tanto das expressões artísticas, quanto das expressões*
744 *culturais; IV - assegurar que as políticas, programas, projetos e ações apoiados*
745 *não contenham conteúdo discriminatório, preconceituoso, que incitem a*
746 *intolerância nas suas diferentes formas, nem que afrontem a sustentabilidade*
747 *ambiental; V - promover a transversalidade das políticas culturais; VI - ampliar a*
748 *circulação do conhecimento e da produção artística e cultural, valorizando as*
749 *expressões locais e intensificando o intercâmbio nacional e internacional; VII -*
750 *fomentar arranjos regionais de circulação e de cooperação e estimular o*
751 *desenvolvimento local e a inserção dos agentes culturais na economia global;*
752 *VIII - promover o reconhecimento, conservação, restauração, salvaguarda,*
753 *preservação, promoção e difusão do patrimônio cultural e da memória nacional;*
754 *IX - promover estudos, pesquisas, registro, mapeamento e difusão da*
755 *diversidade das artes, celebrações, manifestações e expressões culturais*
756 *brasileiras; X - fomentar a formação e o aperfeiçoamento artístico, técnico,*
757 *profissional e gerencial dos recursos humanos da área da cultura; XI - ampliar o*
758 *acesso de cidadãos e cidadãs à criação, à fruição e à produção cultural; XII -*
759 *estimular a apresentação e facilitar o processo de análise de projetos culturais*
760 *não inseridos na indústria cultural brasileira; XIII - incentivar projetos culturais*

761 *que prevejam a produção de bens culturais vinculada à possibilidade de*
762 *distribuição ou veiculação gratuita em instituições de ensino no país; XIV -*
763 *buscar atender, na aprovação dos projetos para captação de recursos, a*
764 *regionalização mínima de dez por cento para cada região do País, com vistas a*
765 *promover a desconcentração regional do investimento público, bem como*
766 *estimular a prática de dedução fiscal em todo o território do país; XV - considerar*
767 *os custos adicionais que impactam nas ações e projetos aprovados para*
768 *realização fora das regiões metropolitanas e em locais de acesso dificultado,*
769 *como a Amazônia Legal; e XVI - desenvolver e aplicar mecanismos e*
770 *procedimentos de acompanhamento da execução dos projetos apoiados e de*
771 *avaliação dos resultados e produtos obtidos. Art. 2º Esta Resolução entra em*
772 *vigor na data de sua publicação.* Em seguida, algumas questões com relação à
773 continuidade dos Comitês Técnicos do FNC e ao funcionamento e à participação
774 da sociedade civil na Comissão do Fundo Nacional de Cultura foram levantadas
775 por vários conselheiros. O secretário Henilton Menezes informou ao plenário que
776 existiam várias propostas de funcionamento dessa Comissão que seriam
777 discutidas na reunião do fundo em seis de outubro, para aprovação do Novo
778 Regimento. E que certamente a reunião deveria decidir sobre a participação da
779 sociedade e da sua decisão sobre o destino dos recursos do Fundo. Em
780 seguida, o Plenário passou à discussão do item de pauta seguinte: instalação e
781 renovação dos Colegiados Setoriais. Foi colocada para o Plenário a proposta de
782 a Comissão do Sistema Nacional de Cultura discutir a questão da instalação dos
783 novos Colegiados, realizando o planejamento e preparação para o processo de
784 renovação a partir dos relatórios produzidos pelos Grupos de Trabalho. A
785 Comissão então apresentaria sua proposta na reunião seguinte do CNPC, a se
786 realizar em novembro. O Sr. João Roberto Peixe afirmou que deveria ser ponto
787 de pauta das reuniões dos Colegiados Setoriais o processo de renovação dos
788 seus membros, de forma que a discussão no âmbito dos colegiados venha a
789 subsidiar os trabalhos da CT SNC. Colocou a sugestão de que a Comissão
790 apresentasse sua proposta, com calendário e procedimentos para instalação e
791 renovação conjunta de todas as áreas técnico-artísticas e de patrimônio cultural
792 que compõem o CNPC, cujos mandatos se encerram em abril de 2012, na
793 próxima reunião do CNPC, em novembro. Essa sugestão foi aprovada por
794 unanimidade pelo plenário. O **Sr. Isaac Loureiro** pediu a palavra para
795 manifestar a preocupação do Colegiado de Culturas Populares com o
796 cumprimento da agenda pactuada com a Secretaria de Cidadania e Diversidade
797 Cultural para a realização dos Encontros e Seminários de Culturas Populares e
798 também sobre a continuidade das discussões e políticas com a mudança na

799 gestão da SCDC, especialmente no que se refere à discussão do Plano Setorial.
800 Solicitou que a SCDC mantivesse o compromisso com o edital do Prêmio
801 Culturas Populares. O **Sr. Manoel Neto** solicitou que fosse incluído na pauta do
802 Colegiado de Música o tema da renovação do Colegiado e como fortalecer os
803 grupos virtuais de discussão, as instâncias estaduais e municipais (para
804 realização das conferências estaduais, municipais e regionais), com vistas a
805 mobilizar a sociedade civil para o processo eleitoral para o Colegiado. Também
806 sugeriu que os Colegiados Setoriais discutissem a Copa do Mundo, inclusive
807 com o envio de sugestões. Em seguida passou-se à composição do Grupo de
808 Trabalho Educação e Cultura. O **Conselheiro Nilton Bobato** e a **Conselheira**
809 **Virgínia Menezes** solicitaram participar do GT. A composição do GT ficou da
810 seguinte forma: como titulares, o Sr. Nilton Bobato, a Sra. Virgínia Menezes e o
811 Sr. Isaac Loureiro; como suplentes, respectivamente, o Sr. Devair Fiorotti, o Sr.
812 Manoel Neto e a Sra. Dora Pankararu; como representante do poder público,
813 titular, o Sr. Albino Rubim. Foi solicitada a criação de um Grupo de Trabalho
814 para tratar da avaliação dos resultados de projetos incentivados. Tendo sido
815 aprovada a criação do GT, sua composição ficou da seguinte forma: como
816 titulares, a Sra. Alice Viveiros, a Sra. Patrícia Canetti e a Sra. Heloísa Esser dos
817 Reis; como suplentes, respectivamente, a Sra. Rosa Coimbra, o Sr. Antônio
818 Ferreira e o Sr. Washington Queiroz; como representantes do poder público, na
819 qualidade de titulares, o Sr. Márcio Caetano e o Sr. Henilton Menezes, e como
820 suplente do Sr. Henilton, o Sr. Kleber Rocha. Foi dado prosseguimento à
821 reunião, passando-se ao item seguinte na pauta: aprovação de Moções e
822 Recomendações. O **Sr. João Roberto Peixe** informou que, de acordo com o
823 entendimento da Consultoria Jurídica do Ministério da Cultura, as
824 recomendações aprovadas que tratassem de assuntos internos ao Ministério,
825 que se dirigissem ao próprio Ministério, suas Secretarias, vinculadas, à Ministra
826 ou à Secretaria-Geral do CNPC deveriam ser assinadas por conselheiros e não
827 mais pelo Secretário-Geral do CNPC, como costumava ser feito. A **Sra. Maria**
828 **Helena Signorelli** apresentou ao plenário um quadro com as recomendações
829 aprovadas em reuniões anteriores que deveriam ser assinadas por conselheiros,
830 com indicação do respectivo autor da recomendação, sendo aprovado que os
831 autores assinariam as suas proposições. O **Sr. Charles Narloch** solicitou que o
832 referido quadro fosse encaminhado aos conselheiros por correio eletrônico,
833 juntamente com a tabela com a situação do encaminhamento das moções e
834 recomendações aprovadas pelo Conselho. Em seguida, foi feita a aprovação das
835 seguintes moções e recomendações: Foi aprovada a Moção proposta pelo
836 Conselheiro Isaac Loureiro, de apoio à plena realização e continuidade da Festa

837 da Lavadeira na Praia do Paiva, no Cabo de Santo Agostinho, Estado de
838 Pernambuco; e a Recomendação proposta pelo Conselheiro Washington
839 Queiroz, que recomenda a inserção do ofício de vaqueiro – seus saberes e
840 fazeres – no Livro do Registro Especial dos Saberes e Modos de Fazer, como
841 Bem Cultural de Natureza Imaterial. Devido ao baixo quórum e ao adiantado da
842 hora, ficaram para ser reapresentadas na reunião seguinte: Moção de aplauso à
843 iniciativa de realização do I Seminário do Congado de Contagem, em Minas
844 Gerais; Moção de apoio à abertura de consulta pública para alteração da
845 legislação que dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional do
846 Músico, apresentada pelo Sr. Manoel Neto; duas Moções, apresentadas pelo Sr.
847 Albino Rubim, sobre o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais
848 de Cultura; Recomendação apresentada pelo Sr. Nilton Bobato, que recomenda
849 a apresentação de informações sobre projetos, programas e políticas do setor do
850 Livro, Leitura e Literatura; Recomendação apresentada pela Sra. Virgínia
851 Menezes, que recomenda ao Ministério da Cultura que faça o esclarecimento
852 jurídico, com divulgação das condições e circunstâncias em que pode ser
853 considerada a duplicidade de financiamento de projeto cultural. Nada mais
854 havendo a ser tratado, o **Sr. João Roberto Peixe, Secretário-Geral do CNPC**,
855 agradeceu a todos e encerrou a 15ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
856 Política Cultural.